

Políticas Públicas, Gênero e Trabalho - II Seminário Nacional de Trabalho e Gênero

Sessão Temática: Gênero e Identidade em Profissões e Ocupações

Profissionalização e Hierarquização na Engenharia Agrônômica: um recorte de gênero¹

Autor: Rogério dos Santos Bueno Marques²

As hierarquizações que se estabelecem em grupos profissionais são uma importante ferramenta de análise para identificarmos as relações entre gênero e trabalho. Neste estudo é realizada uma discussão em torno da constituição de hierarquias e de heterogeneidades em grupos profissionais e, em especial, nas desigualdades de gênero entre engenheiros agrônomos.

Palavras-chave: Gênero, Profissão, Agronomia

¹ Esta é uma versão preliminar.

² Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás.
rogeriosbm@gmail.com

O trabalho visto a partir das ocupações

A edição número 12, do ano de 2002, da Revista do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) trazia como destaque a possibilidade de implantação de um assim chamado “novo modelo de qualificação profissional”, que se constituía basicamente na criação de novos mecanismos de credenciamento de formandos em cursos superiores, técnicos e tecnológicos cujo exercício está sob organização e supervisão do Confea. Este projeto se estende até os dias de hoje, e tem como premissa o fato de que

cada vez mais a especialização no trabalho contribui para um maior nivelamento da qualidade de serviços do mercado. Com isso, quem ganha é a sociedade, que passa a contar com profissionais mais qualificados e competentes. Essas são as razões pelas quais o Sistema Confea/Crea tem buscado a melhor forma para estruturar um novo modelo de habilitação profissional para as atividades que abrange. A exemplo de organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), esse exame é considerado o meio mais eficiente para medir a competência dos profissionais formados (Revista do Confea, 2002)³.

De fato, a idéia de se implantar mecanismos de filtragem para o exercício de determinadas ocupações não é tão recente por parte do órgão de controle da engenharia, arquitetura e agronomia (dentre outras ocupações). Um fator que preocupa órgãos como o Confea e outros conselhos reguladores de profissões é a crescente oferta de vagas em cursos superiores e, por conseguinte, a crescente oferta do número de profissionais habilitados a atuarem no mercado de trabalho. Aliado a isso, a preocupação com a qualidade dos cursos superiores é igualmente, ou mesmo mais preocupante, do que a grande oferta de vagas em cursos superiores. Assim, além da preocupação com novas formas de regulação do exercício de determinadas atividades, se nota uma crescente preocupação com relação às estruturas curriculares de vários cursos superiores⁴ e a qualidade do ensino oferecido.

O desenvolvimento de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, a explosão da oferta de vagas no ensino de nível médio (com habilitações técnicas, inclusive) e de nível superior, as tentativas de controle e regulação do exercício profissional e de busca de qualidade da formação profissional nos trazem uma série de inquietações quanto à organização das ocupações e profissões⁵. Alguns motivos podem ser arrolados, especialmente no caso brasileiro, em que uma crescente oferta de vagas em cursos superiores – em sua maioria de qualidade bastante discutível – afeta as condições de organização profissional e as próprias representações que se produzem em relação a determinadas profissões. Além disso, a crescente oferta de vagas em cursos

³ Maiores informações cf.: http://www.confea.org.br/revista/materias/edicao_12/materia_08/materia.asp

⁴ Como indicador desta preocupação também com os cursos superiores, e não apenas com o credenciamento de profissionais, podemos citar o caso do recente acordo do Conselho Federal de Administração com o Ministério da Educação para a reforma curricular e a instauração de um grupo de trabalho com vistas a inspecionar de maneira mais incisiva a qualidade dos cursos de administração. O presidente do Conselho Federal de Administração, Rui Otávio Bernardes de Andrade afirmou que “essa parceria possibilita que o Conselho Federal de Administração, responsável pelo exercício profissional, e o MEC, que cuida da autorização e qualidade dos cursos, desenvolvam estudos para que a expansão do ensino superior tenha como prioridade a qualidade, atendendo inclusive as demandas regionais”. Sobre estas reformas curriculares de cursos de superiores e parte do debate sobre suas causas e conseqüências, consultar o sítio <http://mecsrv04.mec.gov.br/reforma/default.asp>

⁵ Sobre a distinção entre ocupação e profissão, será dedicada maior atenção na seção dedicada ao referencial teórico, mas de antemão se pode destacar que, fundamentalmente, profissões são também ocupações, mas que adquiriram um status (no sentido weberiano) superior, além de maior proteção institucional e, conseqüentemente, gozam de maior prestígio social.

superiores abre espaço para uma maior diversidade e uma heterogeneização dos grupos profissionais – fenômeno este que tem amplas relações com padrões de mobilidade ocupacional e social e às próprias hierarquizações que se dão no interior da profissão. A problemática é tão sociologicamente fértil que, com base em algumas contribuições realizadas no âmbito da chamada sociologia das profissões, pode-se buscar elucidar, por exemplo, os projetos de grupos profissionais e suas relações com o Estado, ou seja, pode-se perceber os profissionais como atores políticos – perspectiva esta que será fortemente influenciada por Eliot Freidson, tal como será tratado mais adiante.

Apesar de nos determos em aspectos do nosso tempo, a sociologia das profissões não apenas se concentra nesta dimensão de análise. A construção das profissões e da organização profissional refere-se também a um processo historicamente observável e também pode ser problematizada no sentido de percebermos fenômenos como a construção de identidades, de constituição de campos de atuação exclusivos para determinadas ocupações e mesmo os processos de conflito e negociação em relação a atividades profissionais que são construídos ao longo do tempo, naquilo que Rodrigues (2002) chama de “jogo de organização” e “jogo de discurso”. Em outras palavras, podemos analisar as profissões através de um processo histórico que tem relações diretas com toda a problemática que se levanta nos dias de hoje. Assim, a identidade, a imagem que se constrói sobre uma determinada profissão ou ocupação, ou o seu “ethos”, podem ser interpretados através de um recurso que busca na história o seu caminho de interpretação⁶. Uma contribuição que nos parece fundamental para os objetivos deste trabalho é a noção de princípio ocupacional de organização do trabalho, em oposição a um princípio administrativo – largamente utilizado na sociologia do trabalho. Afirma Eliot Freidson que o conceito sociológico de profissão “liga corpos de conhecimento, discurso, disciplinas e campos aos meios sociais, econômicos e políticos por meio dos quais seus expoentes humanos podem ganhar poder e exercê-lo” (1995, p.01). Nesse sentido, ao perceber as profissões como um espaço de disputas, discursos, relações de poder, negociações de papéis e formação de identidades, Freidson ajuda a colocar a temática das profissões passível de ser amplamente estudada com vistas a uma compreensão da produção simbólica das interações, das identidades e das subjetividades que se dão no mundo do trabalho⁷.

Os processos trazidos até o presente momento podem ser também pensados para o caso da profissão de engenheiro agrônomo. Em reportagem realizada pela revista *Globo Rural*⁸ acerca do centenário da mais tradicional instituição de ensino superior agrícola do Brasil, a Esalq (Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz, situada em Piracicaba-SP, e integrante da Universidade de São Paulo), diversos personagens

⁶ É conhecido o interesse particular do funcionalismo sobre esta temática. Ainda na década de 1930, Talcott Parsons (1939) traz à tona artigos em que busca relacionar as profissões e seu nível de organização e desenvolvimento com a estrutura social. Segundo Rodrigues (2002), o primeiro estudo sociológico sistematizado sobre as profissões encontra-se em Saunders e Wilson (1934), que, num intuito semelhante ao de Parsons tentar definir o que é uma profissão – preocupação esta que tomará grande fôlego por parte de muitos pesquisadores – e buscar entender as conexões que se estabelecem entre a organização das profissões e a estrutura social.

⁷ Vale ressaltar que em termos de uma perspectiva do interacionismo simbólico, os estudos de Everett Hughes, em especial sua obra *Men and their work*, publicado em 1958, já lançavam as bases para uma aproximação do interacionismo simbólico em relação ao mundo do trabalho. Também antes dos trabalhos de Freidson, Howard Becker e outros pesquisadores da Universidade de Chicago, como Anselm Strauss e James Carper, também se destacaram no que se refere aos estudos sobre o trabalho, ainda que a preocupação destes últimos em relação a esta temática tenha sido mais esporádica. O que se quer ressaltar aqui é o caráter inovador que Freidson lança ao colocar a profissão como uma possibilidade de quadro de referência de análise sobre o trabalho.

⁸ Para maiores informações, cf.: http://globorural.globo.com/barra.asp?d=/edic/188/rep_agronomoa.htm

ligados à história da agronomia no país opinaram sobre os rumos que a ciência agrônoma e a profissão de engenheiro agrônomo deveriam seguir, bem como relataram experiências de vida relacionados à sua profissão. Assim, depoimentos sobre o crescente parcelamento das atividades do engenheiro agrônomo, a falta de contato com a realidade agrária decorrente da mudança do perfil dos novos estudantes de agronomia e os avanços tecnológicos tomaram grande parte dos discursos dos entrevistados. Selecionamos alguns exemplos que foram expostos na matéria:

Os alunos de agora são menos imaturos e mais bem informados. E o ensino é menos demonstrativo, com mais aulas teóricas. Mas atualmente tenho dúvidas se devemos ensinar cada cultura isoladamente, o milho, a soja... pois entender o sistema de produção como um todo passou a ser mais importante (Professor Júlio Marcos Filho, formado em 1969, atual diretor da Esalq)

O perfil do aluno mudou. Antes ele vinha do interior, era filho de fazendeiro, gente que morava na roça e tinha vontade de aprender. Essa base mudou. Hoje passam no vestibular aqui alunos da capital, que não sabem nada de agricultura, não têm sensibilidade para a área. Por isso tem muita escola de agronomia do interior, lá do Centro-Oeste, por exemplo, formando ótimos agrônomos para trabalhar com agricultura. São turmas menores, de gente que vive lá, no meio das plantações. (Professor José Branco Miranda Filho, pesquisador de milho híbrido, da Esalq, formado no ano de 1968)

A pesquisa agrônoma no Brasil é uma referência mundial em agricultura tropical. E hoje o conhecimento científico também virou mercadoria, é mensurável, vale dinheiro. Mas, como pesquisador, tento ficar próximo da ciência aplicada, aquela que ajuda a resolver os problemas do produtor. (João Flávio Veloso Silva, 36 anos, pesquisador da Embrapa Soja, em Londrina, PR)

Hoje há um dilúvio de informações, muito diferente da década de 30, quando as distâncias eram longas e a gente achava que café só dava em terras de montanha. E os cerrados? Ninguém pensava no seu aproveitamento. É fato que alcançamos grande avanço científico e tecnológico. A escola de Viçosa, sob influência norte-americana, investiu muito na prática, nas experimentações e demonstrações, com ensino mais aplicado que teórico. O aluno aprendia fazendo. Mas isso só era possível porque as turmas eram pequenas; hoje, há turmas de 150 alunos. Naquela época, se podia ser abrangente como agrônomo, receber formação ampla e não tão especializada como é atualmente. Sou cioso de que a sabedoria precisa ser alcançada e não é com especialização que se vai entender esse mundo (Edson Potsch Magalhães, um dos 13 diplomados em agronomia no ano de 1938, na sétima turma de formandos em Viçosa. Ex-reitor da universidade mineira por duas vezes na década de 1960)

Assim, neste trabalho o enfoque será dado à profissão de engenheiro agrônomo, que nos oferece uma ampla possibilidade de discussão quanto à sua institucionalização, seus conflitos ao longo da história da profissão, além da consolidação enquanto profissão voltada para a intervenção científica no mundo agrário. As hierarquizações, conflitos, negociações de papéis e de identidades⁹, com especial destaque à questão de gênero, que se apresenta como uma ferramenta analítica que nos permite visualizar as desigualdades e hierarquizações que são produzidas em grupos profissionais, e que se manifestam em diversas situações.

Agronomia: ciência, poder e hierarquização no grupo profissional

⁹ Devido ao fato de se constituir como uma das primeiras profissões de formação superior voltadas para a realidade agrária – antes marcada única e exclusivamente por formações de nível profissionalizante e técnico

Os estudos sobre a agronomia no Brasil têm se restringido à questão da institucionalização do ensino das ciências agrárias e da constituição de das escolas de agronomia e, posteriormente, de engenharia agrônoma. Em geral, é destacada a consolidação de escolas agrícolas no país e sua relação com o saber científico como estratégia de poder para a institucionalização do ensino destas disciplinas. Desta maneira, dá-se ênfase na questão das escolas agrícolas e da profissionalização dos conteúdos e planos de cursos vinculados ao rural (COELHO, 2001; OLIVER, 2007; ARAÚJO, 2006). A tentativa de produção de um “espírito científico” que pretendia modificar as formas de apropriação do espaço agrário brasileiro. Assim, o rural passa a ser objeto de uma ciência específica e que se constitui em fonte de grandes mudanças na realidade rural. Este recurso ao saber científico enquanto fonte legitimadora de uma ocupação tem ampla ressonância na sociologia das profissões, constituindo aquilo que Freidson chama de credenciais e que é trabalhada também por outros autores. Para Freidson, a relação entre autonomia, credenciais e monopólio do conhecimento forma o tripé no qual se ergue o conceito de profissão. A autonomia, ou autoridade do *expert*, efetiva-se por meio de processos sociais que culminam numa autonomia de realização do trabalho, algo cuja matriz de interpretação data das primeiras pesquisas sobre as profissões, logo, anterior aos trabalhos de Freidson, já que ainda num texto clássico de Parsons sobre as profissões, este afirma que o papel dos profissionais se dá na relação com os clientes, e que, a partir de uma reciprocidade assimétrica é que se permite a sua institucionalização. Tal como afirma Parsons e, de certa maneira, algo que é consensual nos estudos sobre as profissões,

a autoridade profissional, como outros elementos do padrão profissional, é caracterizada por uma “especificidade de função”. A competência técnica que é uma das principais características definidoras das regras e do status profissional é sempre limitada a um “campo” particular de conhecimento e habilidades. Esta especificidade é essencial ao padrão profissional, não importando quão difícil pode ser, em um determinado caso, desenhar as exatas fronteiras de determinado campo [...] Um profissional possui uma “autoridade” somente em seu próprio campo (PARSONS, 1939, 460).

A autoridade, tal como apresentada por Parsons e também trabalhada por Freidson, cria um campo de atuação exclusivo para o profissional, que tem como suporte também um sistema de credenciais. Neste ponto, também se estabelece uma aproximação entre as pesquisas, tanto de matriz funcionalista quanto de matriz interacionista simbólica. Assim, na excelente introdução feita por Maria de Lourdes Rodrigues (2002) sobre a sociologia das profissões, podemos destacar os trabalhos de Parsons (1939), Goode (1957), Saunders e Wilson (1934), Hughes (1958), Johnson (1972), Larson (1977) e o próprio Freidson (1998) que partilham do conceito de autoridade, de uma expertise ou autonomia profissional que se dá por meio de relações com os clientes, de monopólio de um conhecimento, de capacidade de controle de uma determinada tarefa ou de um conjunto de tarefas. Todavia as semelhanças entre estes enfoques se concentram em pontos parciais, mesmo que importantes como a questão da autoridade. Freidson, por exemplo, destaca os anos 1960 como um divisor de águas nos textos sociológicos sobre as profissões, pois antes se dava mais atenção às normas profissionais, aos papéis e às interações nos locais de trabalho, enquanto depois se passou a investigar outras características, tais como a influência política das profissões, as elites econômicas e políticas e sua relação com o Estado, bem como as relações entre profissões, mercado e sistema de classes. A própria caracterização sobre o que é uma profissão gerou amplas divergências, visto que inicialmente a consideração funcionalista das profissões como uma forma altruísta de realização do trabalho e dos grupos profissionais como homogêneos, recebeu várias críticas. Freidson, por exemplo,

chama atenção para o fato de que há um claro problema de definição do que seja uma profissão. Afirma o autor de *Renascimento do Profissionalismo* que este problema “surge com a tentativa de tratar a profissão como se fosse muito mais um conceito genérico que um conceito histórico mutável, com um enraizamento específico numa nação industrial fortemente influenciada por instituições anglo-americanas” (1998, p. 50).

Além disso, Freidson interpela a tradição funcionalista sobre a questão da divisão do trabalho ao afirmar que “não é a diferenciação lógica ou funcional de tarefa que constitui a realidade histórica da especialização, mas a diferenciação social do trabalho produtivo que é interpretada como diferenciação de tarefa” (idem, 88). Esta idéia de uma interpretação da divisão do trabalho como algo que realmente é central, remete ao estudo precursor em termos de estudos sobre o trabalho por parte de teóricos do interacionismo simbólico. Trata-se do texto de Everett Hughes, *Men and their work*, que afirma ser a relação entre o profissional e sua clientela algo comparável à relação entre sagrado e profano, clero e laico, iniciado e não iniciado, e que o fenômeno do profissionalismo se pauta em duas noções, a de diploma (*licence*), tida como a autorização legal para exercer algumas atividades que outros não podem, e a de mandato (*mandate*), que é a obrigação legal de assegurar uma função específica. Com isso, *licence* e mandato constituem os fundamentos de uma divisão moral do trabalho que define como sendo o processo pelo qual diferentes funções valorizadas por uma coletividade são distribuídas entre seus membros, por grupos, categorias e indivíduos, em simultâneo. A hierarquização do ponto de vista moral é trabalhada a partir da questão de portar um saber de caráter científico, ou seja, o porte de um diploma, fruto de um estudo mais sistemático e de maior valorização simbólica pode ser interpretado como um fator de distinção no ambiente de trabalho. Nesse sentido, esta divisão do trabalho produz conflitos e hierarquizações das funções, dividindo-as entre as funções essenciais (sagradas) e as funções secundárias (profanas). Com isso, deve-se separar os profissionais dos ‘outros’ (*licence*) e confiar-lhes uma missão (*mandate*). A hierarquização das funções é algo incorporado por Hughes e Freidson e nos parece essencial nos estudos sobre as profissões. Desta maneira, a divisão do trabalho é tratada no interacionismo simbólico como um processo de constante interação e negociação, Como afirma, pois, Freidson,

na base, então, do mundo do trabalho cotidiano do qual abstraímos concepções sobre a divisão do trabalho, parece correto ver na divisão do trabalho um processo de interação social durante o qual os participantes são levados continuamente a tentar definir, estabelecer, manter e renovar as tarefas que realizam e as relações com outros pressupostas por suas tarefas...[no entanto] deve-se considerar que a interação que ocorre na divisão do trabalho opera dentro de certos limites amplos e permissivos como aqueles tratados por ecologistas, teóricos organizacionais e outros (1998, p. 95).

Ao lado da autoridade, as credenciais e o monopólio do conhecimento são para Freidson os conceitos que propiciam analisar o poder das profissões e as formas com as quais as ocupações se estabilizam e se profissionalizam. As credenciais podem ser resumidamente ser tomadas como controles institucionais sobre os domínios de interpretação e realização de tarefas. Desse modo, os diplomas, certificações e toda a formação teórica e científica são arroladas dentro do conceito de credenciais (*gate keeping*). É, assim, um controle sobre a atividade realizada que produz um monopólio que se constitui em grande fonte de poder por parte dos profissionais.

De acordo com o *Censo da Educação Superior*¹⁰ do Ministério da Educação, no ano de 2006 estavam matriculados 37876 estudantes em 163 cursos de graduação em agronomia em todo o país, sendo que, somente neste ano de referência, ingressaram 10100 alunos através de vestibulares para o curso de agronomia. A constante ampliação da oferta de vagas no ensino superior tem, pois aumentado a heterogeneidade de diversas ocupações, o que pode ser relacionado, de acordo com a literatura acima comentada, com processos de hierarquização e de fracionamento do grupo profissional. Além disso, o aumento do número de profissionais no mercado, com conseqüentemente aumento do número neste mercado pode ser analisada a partir do ponto de vista das desigualdades de posições e de hierarquizações no grupo profissional. A possibilidade de análise das desigualdades de gênero se apresenta, assim, de par com os desenvolvimentos teóricos sobre a questão das hierarquizações e heterogeneidades de grupos profissionais em suas mais diversas formas.

Mulheres numa ocupação masculinizada: a agronomia em questão

Ao lado das interações que são apreendidas em níveis de análise micro, podem também se verificar as desigualdades que são apreendidas em termos quantitativos, a partir da análise de dados fornecida pela RAIS, que possibilita analisar o quantitativo salarial, os vínculos predominantes, as jornadas de trabalho, além de outras variáveis. Desta maneira, de acordo com a RAIS do ano de 2006, dos 15120 agrônomos registrados nas bases de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, 12866 eram homens e 2254 eram mulheres. Em termos de renda média recebida por esses trabalhadores, as desigualdades salariais se estabelecem a partir das faixas salariais mais altas:

Tabela 01: Desigualdade salarial e gênero entre engenheiros agrônomos, acima de 7 salários mínimos - 2006

De 7,01 a 10,00 salários mínimos	Total	Frequência	Total	Frequência
Masculino	3.007	19,89	3.007	19,89
Feminino	486	3,21	486	3,21
Total	3.493	23,10	3.493	23,10
De 10,01 a 15,00 salários mínimos				
Masculino	2.823	18,67	2.823	18,67
Feminino	411	2,72	411	2,72
Total	3.234	21,39	3.234	21,39
De 15,01 a 20,00 salários mínimos				
Masculino	1.684	11,14	1.684	11,14
Feminino	253	1,67	253	1,67
Total	1.937	12,81	1.937	12,81
Mais de 20,00 salários mínimos				
Masculino	2.150	14,22	2.150	14,22
Feminino	322	2,13	322	2,13
Total	2.472	16,35	2.472	16,35
Total				
Masculino	12.866	85,09	12.866	85,09
Feminino	2.254	14,91	2.254	14,91
Total	15.120	100,00	15.120	100,00

Fonte: RAIS/MTE 2006

As diferenças ficam evidenciadas quando são evidenciados os dados referentes às faixas salariais mais baixas. Os diferenciais nas frequências se tornam menores à medida em

¹⁰ Maiores informações cf. <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/>

que as faixas salariais ficam menores. O fato de se encontrarem salários menores para as mulheres é algo amplamente avaliado pelos estudos sobre trabalho e gênero.

Tabela 02: Desigualdade salarial e gênero entre engenheiros agrônomos, acima de 7 salários mínimos - 2006

	CBO 222110	% Frequência	TOTAL	% Frequência
Até 0,5 salário mínimo				
Masculino	5	0,03	5	0,03
Feminino	1	0,01	1	0,01
Total	6	0,04	6	0,04
De 0,51 a 1,00 salário mínimo				
Masculino	54	0,36	54	0,36
Feminino	9	0,06	9	0,06
Total	63	0,42	63	0,42
De 1,01 a 1,50 salários mínimos				
Masculino	58	0,38	58	0,38
Feminino	10	0,07	10	0,07
Total	68	0,45	68	0,45
De 1,51 a 2,00 salários mínimos				
Masculino	110	0,73	110	0,73
Feminino	26	0,17	26	0,17
Total	136	0,90	136	0,90
De 2,01 a 3,00 salários mínimos				
Masculino	322	2,13	322	2,13
Feminino	88	0,58	88	0,58
Total	410	2,71	410	2,71
De 3,01 a 4,00 salários mínimos				
Masculino	428	2,83	428	2,83
Feminino	144	0,95	144	0,95
Total	572	3,78	572	3,78
De 4,01 a 5,00 salários mínimos				
Masculino	544	3,60	544	3,60
Feminino	128	0,85	128	0,85
Total	672	4,44	672	4,44
De 5,01 a 7,00 salários mínimos				
Masculino	1.681	11,12	1.681	11,12
Feminino	376	2,49	376	2,49
Total	2.057	13,60	2.057	13,60

Fonte: RAIS/MTE 2006

Para Oliver (2007), a masculinização da agronomia é historicamente observável. Segundo pesquisa da autora em escolas agrícolas por todo o país,

O pequeno ingresso de mulheres nas escolas superiores de agricultura também foi marcante no período posterior a essa data e até 1950. No quadro geral do ensino superior brasileiro, nessa mesma época, outras profissões foram procuradas pelas mulheres – odontologia, farmácia, música e, em um segundo plano bem distante, medicina, direito, pedagogia e economia [...] Nos registros do corpo discente da EAB, da ENA e da ESALQ constam apenas 21 mulheres entre os 2090 registros compilados nas pastas de alunos entre 1930 e 1950. Dessas 21alunas, dez formaram-se na ESALQ, nove na ENA e duas na EAB. A estas podemos somar mais 26 outras mulheres formadas em outras escolas superiores de agricultura na mesma época (1997: 368).

Ainda de acordo com Oliver, os motivos encontrados para o ingresso das mulheres nos primórdios do ensino de agronomia no Brasil se ligam a antecedentes familiares e se dá num ambiente em que a representação da mulher não se liga à ciência e à modernização

do campo. Outro fato que merece destaque é a representação destas mulheres como não ligadas ao feminino. Para a autora,

elas também foram retratadas como mulheres sem vaidades, fazendo notar a simplicidade de uma ou a falta de torvelinhos de outra, ou, ainda, pelo fato de não terem cedido ao cortejo dos colegas de turma, deixando suas potencialidades naturais para depois [...] para serem reconhecidas profissionalmente, as qualidades tidas "comumente" como femininas foram afastadas tanto no espaço físico como no espaço simbólico da escrita (idem, p. 384).

Este afastamento do feminino vai ao encontro do estudo realizado por Jorgensen (2002), para quem as mulheres ao ingressarem nas carreiras ligadas à engenharia posicionam seu *self* a partir de um homem conceitual, uma espécie de destino a ser perseguido – lembrando o esquema formulado por Hughes anteriormente citado. Para Jorgensen, a maternidade é um momento chave neste processo de trabalho emotivo, em que ao se apresentarem como mães, as mulheres se separam deste ambiente que elas mesmas tentam negar como dividido em termos de gênero. Sobre esta questão da maternidade, uma das entrevistadas de um estudo feito por Ranson (2005) afirma que só é possível conciliar a carreira de engenheira e de mãe se quiser trabalhar em tempo parcial.

Tabela 03: Gênero e jornada de trabalho semanal entre engenheiros agrônomos - 2006

GENERO	ATE 1 2 HS	13 A 15 HS	16 A 20 HS	21 A 30 HS	31 A 40 HS	41 A 44 HS	45 A 48 HS	MAIS D E 48	Total
MASCULINO	73	19	160	982	7,075	6,301	0	0	14,610
FEMININO	20	6	36	244	1,573	963	0	0	2,842
Total	93	25	196	1,226	8,648	7,264	0	0	17,452

Fonte: RAIS/MTE 2006

De acordo com a tabela acima, as diferenças entre as frequências também se acentuam à medida em que aumenta a carga horária de trabalho semanal. Estes dados tendem a reforçar o que foi relatado no estudo de Ranson e Jorgensen, mas necessitam de uma confirmação que se dará posteriormente, dado que nosso estudo ainda está em andamento. A jornada de trabalho é um importante indicador das diferenças de tratamento e de possibilidades de trabalho dentro de uma determinada ocupação. Assim, num setor típico onde os engenheiros agrônomos atuam, o setor de serviços, e onde a maioria dos postos de trabalho formais se encontra em condições de jornada de trabalho flexível, é interessante notarmos a predominância da mão-de-obra feminina sob contrato temporários no setor de serviços, o que indica que as mulheres tendem a aceitar e se adaptar mais facilmente às condições de jornada de trabalho flexível (cf. por exemplo RODRIGUES e FONTGALLAND, 2006).

Outro ponto relacionado à flexibilidade da jornada de trabalho que se mostra mais próxima à realidade das engenheiras agrônomas é o do tipo de vínculo, e em especial, os vínculos de trabalho temporário. Do mesmo modo como foi afirmado, nota-se discrepâncias quando analisamos a relação das frequências entre homens e mulheres em contratos temporários e em contratos de sem prazo de validade:

Tabela 04: Tipo de vínculo empregatício e gênero entre engenheiros agrônomos (trabalho temporário) - 2006

		Frequência	Total	Frequência
Trabalhador temporário, regido pela Lei nr. 6.019, de 3 de janeiro de 1974.				
Masculino	4	0,03	4	0,03
Feminino	3	0,02	3	0,02
Total	7	0,05	7	0,05
Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por tempo determinado ou obra certa.				
Masculino	110	0,73	110	0,73
Feminino	15	0,10	15	0,10
Total	125	0,83	125	0,83
Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa física por contrato de trabalho regido pela CLT, por tempo determinado ou obra certa.				
Masculino	1	0,01	1	0,01
Total	1	0,01	1	0,01
Trabalhador rural regido pela CLT vinculado a pessoa jurídica por t...				
Masculino	18	0,12	18	0,12
Feminino	1	0,01	1	0,01
Total	19	0,13	19	0,13
Trabalhador rural regido pela CLT vinculado a pessoa física por tem...				
Masculino	10	0,07	10	0,07
Feminino	1	0,01	1	0,01
Total	11	0,07	11	0,07
Diretor sem vínculo empregatício para o qual a empresa/entidade tenha optado por recolhimento ao FGTS.				
Masculino	39	0,26	39	0,26
Feminino	20	0,13	20	0,13
Total	59	0,39	59	0,39
Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido pela Lei nr. 9.601, de 21 de janeiro de 1998.				
Masculino	14	0,09	14	0,09
Feminino	4	0,03	4	0,03
Total	18	0,12	18	0,12
Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, regido pela Lei nr. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com a redação dada pela Lei nr. 9.849, de 26 de outubro de 1999.				
Masculino	3	0,02	3	0,02
Feminino	1	0,01	1	0,01
Total	4	0,03	4	0,03
Contrato de trabalho por tempo determinado, regido por Lei Estadual				
Masculino	3	0,02	3	0,02
Feminino	2	0,01	2	0,01
Total	5	0,03	5	0,03
Contrato de trabalho por tempo determinado, regido por Lei Municipal				
Masculino	10	0,07	10	0,07
Total	10	0,07	10	0,07

Fonte: RAIS/MTE 2006

Assim, a relação se apresenta assimétrica quando comparamos estes percentuais com os apurados em trabalhos de vínculo empregatício de tempo integral:

Tabela 05: Tipo de vínculo empregatício e gênero entre engenheiros agrônomos (Contratos sem prazo de validade) - 2006

10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado.				
Masculino	8.280	54,76	8.280	54,76
Feminino	1.410	9,33	1.410	9,33
Total	9.690	64,09	9.690	64,09
15 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa física por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado.				
Masculino	155	1,03	155	1,03
Feminino	23	0,15	23	0,15
Total	178	1,18	178	1,18
20 - Trabalhador rural vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Lei nr. 5.889/73, por prazo indeterminado.				
Masculino	261	1,73	261	1,73
Feminino	30	0,20	30	0,20
Total	291	1,92	291	1,92
25 - Trabalhador rural vinculado a empregador pessoa física por contrato de trabalho regido pela Lei nr. 5.889/73, por prazo indeterminado.				
Masculino	585	3,87	585	3,87
Feminino	60	0,40	60	0,40
Total	645	4,27	645	4,27
30 - Servidor regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado a Regime Próprio de Previdência				
Masculino	3.031	20,05	3.031	20,05
Feminino	591	3,91	591	3,91
Total	3.622	23,96	3.622	23,96
31 - Servidor regido pelo regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social				
Masculino	108	0,71	108	0,71
Feminino	18	0,12	18	0,12
Total	126	0,83	126	0,83
35 - Servidor público não-efetivo (demissível ad nutum ou admitido por legislação especial, não regido pela CLT).				
Masculino	233	1,54	233	1,54
Feminino	74	0,49	74	0,49
Total	307	2,03	307	2,03
40 - Trabalhador avulso (trabalho administrado pelo sindicato da categoria ou pelo órgão gestor de mão de obra) para o qual é devido depósito de FGTS - CF 88, art. 7, inciso III.				
Masculino	1	0,01	1	0,01
Feminino	1	0,01	1	0,01
Total	2	0,01	2	0,01

Fonte: RAIS/MTE 2006

Outros pontos podem ser discutidos neste trabalho a fim de problematizarmos os processos de heterogeneidade e desigualdades de oportunidades em grupos profissionais. A própria institucionalização da agronomia no Brasil se constitui num processo fértil em termos de análise das relações entre ciência, mundo rural e do lugar na mulher na profissão. A produção sociológica acerca das relações de gênero no mundo das profissões tem dado especial ênfase às desigualdades de tratamento, de possibilidade de ascensão profissional em ambientes corporativos, de uma divisão de trabalho que é produzida em situações de interação que têm como um dos seus elementos a questão de gênero, além das desigualdades de ordem salarial. Além disso, pode-se destacar os diversos elementos que são utilizados para se identificar variáveis de gênero relacionadas à construção de estratégias por parte dos indivíduos que se encontram em posição desvantajosa em uma determinada ocupação em ambientes de empresa. Assim, uma série estudos vem sendo realizada a fim de buscar os recursos discursivos produzidos pelos agentes a fim de contornar ou de tentar estabelecer mudanças nas relações de trabalho que são mediatizadas pela questão do gênero. O fato de se constituir numa profissão amplamente masculinizada faz da engenharia

agronômica uma carreira especialmente interessante de análise das questões de gênero. Desta forma, alguns estudos destacam as estratégias identitárias e todo o trabalho emocional executado por mulheres nas mais diversas carreiras ligadas à engenharia (JAGACINSKI, 1987; JORGENSON, 2002; BAGIHOLE, 2005). Este estudo encontra-se em fase de desenvolvimento e prosseguirá com uma etapa qualitativa, além de um aprofundamento em termos quantitativos. O que desejamos neste momento é ressaltar a construção histórica de uma profissão masculinizada e de que maneira as hierarquizações de gênero, dentre outras, se manifestam no grupo ocupacional em questão e se buscará entender de que maneira se apresentam as maneiras de “burlar” este ambiente – algo que se encontra pincelado nas estratégias de trabalho emocional e reposicionamento do *self* tal como Jorgenson entre outras autoras apresentam.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Nilton de Almeida. *A escola agrícola de São Bento das Lages e a institucionalização da Agronomia no Brasil (1877-1930)*. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- BAGIHOLE, Bárbara. *The UK engineering professions: women students' perspectives*. International Journal of Diversity in Organizations, Communities and Nations. v. 5, n.1, 2005.
- COELHO, France Maria Gontijo. *A construção das profissões agrárias*. Doutorado (Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.
- FREIDSON, Eliot. *Para uma análise comparada das profissões. A institucionalização do discurso e do conhecimento formais*. Trabalho apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1995.
- FREIDSON, Eliot. *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- GOODE, William J. *Community within a community: the profession*. American Sociological Review, v. 25, n.6, 1957.
- HUGHES, Everett C. *Men and their work*. Glencoe: The Free Press, 1958.
- JAGACINSKI, Carolyn. *Engineering careers: women in a male-dominated field*. Psychology of Women Quarterly. v 11, p. 97-100.
- JORGENSON, Jane. *Engineering selves: negotiating gender and identity in technical work*. Managerial Communication Quarterly. v. 15, n. 3, p. 350-380.
- LARSON, Magali Sarfatti. *The rise of professionalism. A sociological analysis*. Berkley: University of California Press, 1977.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Agronomía, agrónomos y Estado en Brasil: organizaciones y disputas (1930-1961)*. Mundo Agrario, La Plata, v. 5, n.9, 2004.

OLIVER, Graciela de Souza; FIGUEIROA, Silvia F. de M.. *Ceres, as mulheres e o sertão: representações sobre o feminino e a agricultura brasileira na primeira metade do século XX*. Cad. Pagu, Campinas, n. 29, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 Maio 2008. doi: 10.1590/S0104-83332007000200015

PARSONS, Talcott. *The professions and social structure*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, v.17, n.4, p.457-467, Maio 1939

RANSON, Gillian. *No longer "one of the boys": negotiations with motherhood, as prospect of reality, among women in engineering*. Canadian Review of Sociology & Anthropology. Montréal: Canadian Sociology and Anthropology Association, v.42, 2005.p. 145-166.

RODRIGUES, Fábio e FONTGALLAND, Isabel. *Flexibilização da jornada de trabalho: uma análise com base em gênero e setor de atividade*. Trabalho apresentado no XV Encontro Anual da ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Caxambu, 2006. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_722.pdf

RODRIGUES, Maria de Lurdes. *Os engenheiros em Portugal: profissionalização e protagonismo*. Celta: Oeiras, 1999.

RODRIGUES, Maria de Lurdes. *Sociologia das profissões*. Celta: Oeiras 2002.

SAUNDERS, A.M.C., E WILSON, P.A. Professions. Encyclopedia of Social Sciences, v.12 Londres: Mcmilan, 1934.

SCIULLI, David. *Continental Sociology of professions today: conceptual contributions*. Current Sociology. Londres, Thousand Oaks CA e Nova Delhi: v.56, n.6, p.915-942, Nov., 2005.